

Inovatech Network S.A.(Mercafácil).

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 245MF-037-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Quotistas da
Inovatech Network S.A. (Mercafacil).
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Inovatech Network S.A. (Mercafacil). (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inovatech Network S.A. (Mercafacil) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes, possui capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.417 em 2023 e R\$5.713 em 2022 e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 estava negativo no montante de R\$3.909 mil. A continuidade normal das suas atividades operacionais dependerá do sucesso na implementação das propostas apresentadas no referido plano, como a melhoria nos processos. Estes eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, descritos anteriormente, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia e não refletem qualquer ajuste em relação a esta situação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores, cujo relatório foi datado em 19 de julho de 2023, não tinha continha ressalva, no entanto continha um parágrafo de “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” sobre os mesmos assuntos deste relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação aos eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC MG-015.704/F-3



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes	4	1.107	89
Contas a receber	5	3.604	5.144
Impostos a recuperar	-	194	249
Despesas antecipadas	-	213	899
Total do ativo circulante		5.118	6.381
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	4.1	3	3
Imobilizado	6	914	1.106
Intangível	7	4.444	4.457
Total do ativo não circulante		5.361	5.566
Total do ativo		10.479	11.947

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	-	938	447
Empréstimos e financiamentos	10	-	3.460
Salários e encargos	8	3.344	4.039
Impostos a recolher	9	158	474
Parcelamentos tributários	11	1.803	978
Participações societárias	12	-	1.773
Outros passivos	-	292	923
Total do passivo circulante		6.535	12.094
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	-	424
Parcelamentos tributários	11	3.522	2.438
Participações societárias	12	-	900
Total do passivo não circulante		3.522	3.762
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	24.819	19
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.2	7.642	19.853
Reserva de capital	13.3	5.284	5.284
Prejuízos acumulados	13.4	(37.323)	(29.065)
Total do patrimônio líquido		422	(3.909)
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.479	11.947

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida	14	29.547	20.145
Custo dos serviços prestados	15	(9.275)	(7.306)
Lucro bruto		<u>20.272</u>	<u>12.839</u>
Despesas com vendas	15	(10.671)	(10.854)
Despesas gerais e administrativas	15	(6.422)	(6.329)
Despesas com P&D	15	(9.816)	(8.484)
Outras despesas operacionais	15	(863)	(1.960)
Despesas operacionais		<u>(27.772)</u>	<u>(27.627)</u>
Prejuízo operacional		<u>(7.500)</u>	<u>(14.788)</u>
Receitas financeiras	16	875	649
Despesas financeiras	16	(1.633)	(480)
Resultado financeiro		<u>(758)</u>	<u>169</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(8.258)</u>	<u>(14.619)</u>
Quantidade de ações	14.1	2.828.805	19.477
Prejuízo por ação em reais R\$ - diluído		<u>(3)</u>	<u>(751)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	(8.258)	(14.619)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(8.258)</u>	<u>(14.619)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total das reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		19	-	5.284	(14.446)	(9.143)
Prejuízo do exercício	13.4	-	-	-	(14.619)	(14.619)
Debêntures	13.1	-	19.853	-	-	19.853
Saldos em 31 de dezembro de 2022		19	19.853	5.284	(29.065)	(3.909)
Prejuízo do exercício	13.4	-	-	-	(8.258)	(8.258)
Aumento de capital	13.1	24.800	-	-	-	24.800
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.2	-	(12.211)	-	-	(12.211)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		24.819	7.642	5.284	(37.323)	422

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(8.258)	(14.619)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido			
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	5	200	67
Depreciações e amortizações	6_7	261	1.394
Juros sobre empréstimos	10	-	64
		(7.797)	(13.094)
Redução (aumento) dos ativos			
Contas a receber	5	1.340	(3.864)
Impostos a recuperar	-	55	(221)
Despesas antecipadas	-	686	(839)
		2.081	(4.924)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	-	491	354
Salários e encargos	8	(695)	2.780
Impostos a recolher	9	(316)	404
Parcelamentos tributários	11	1.909	(1.099)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	10	(629)	(208)
Outros passivos	-	(631)	742
		129	2.973
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades operacionais		(5.587)	(15.045)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição participações societárias	12	(2.673)	(2.000)
Aquisição de ativo fixo - Imobilizado	6	(56)	(483)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento		(2.729)	(2.483)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	1.940	2.420
Pagamento de empréstimos e financiamentos	10	(4.166)	(632)
Antecipação de recebíveis sem sessão de risco	10	(1.029)	1.029
Caixa e equivalentes de caixa aplicado (gerados pelas) nas atividades de financiamento		(3.255)	2.817
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas			
AFAC	13.2	(12.211)	-
Aumento de capital	13.1	24.800	-
Caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades de financiamento com acionistas		12.589	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.018	(14.711)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	89	14.800
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	1.107	89
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.018	(14.711)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Inovatech Network S.A. (Mercafacil), com sede à rua Luisa Dariva, 40, 12º andar, Campina do Siqueira, Curitiba-PR, foi constituída em 19 de novembro de 2010 e tem como objeto social a exploração dos ramos de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não-customizáveis.

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Considerações da Administração sobre a continuidade operacional

O modelo de negócio inicial da Companhia, desenhado junto ao Conselho de Administração, foi consolidado a partir de 2019, fazendo com que essa a Companhia investisse muito forte em novos produtos (Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)), e desenvolvimento de novos negócios através do posicionamento comercial. No ano de 2023, a companhia tomou diversas medidas de eficiência operacional - tanto em SG&A, quanto em Pessoal - mirando a eficiência e buscando geração de caixa.

Para o ano de 2023, podemos perceber que as medidas de eficiência tomadas surtiram efeito, e o prejuízo no ano caiu 46%, sendo R\$ 8.258 em 31 de dezembro 2023 (R\$ 14.619 em 31 de dezembro de 2022), e a receita líquida subiu 47%, atingindo R\$ 29.547 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 20.145 mil 31 de dezembro de 2022).

Em complemento, a Mercafacil adota o modelo SaaS (*Software as a Service*). A receita recorrente da Companhia atingiu R\$2.821 em dezembro de 2023 (R\$2.529 em 2022), crescimento de 12% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Em Mar/2023, as debêntures conversíveis foram convertidas em capital e posteriormente em Jul/23 a Arosuco se tornou a acionista majoritária da Companhia. As estratégias de corte de custos - com um crescimento de receita menos acelerado - fez com que a companhia, no primeiro trimestre de 2024, gerasse EBITDA positivo e caixa operacional, fazendo com que não sejam identificados nenhum risco à continuidade da Companhia.

No ano de 2023 a Companhia também quitou todos os empréstimos bancários que tinha, diminuindo consideravelmente a alavancagem da companhia. Além disso, o Earn-out que teríamos que pagar referente à aquisição da 9Bits (Nota Explicativa nº 12) foi 100% pago, com um ganho financeiro de R\$ 867k para a companhia.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela diretoria em 24 de maio de 2024.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das provisões para risco de crédito, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definido de acordo com as taxas descritas na Nota Explicativa nº 8 e consideradas pela Administração como a melhor estimativa de vida útil dos bens. Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício, conforme são efetivamente realizados. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

d) Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos ao teste anual de "impairment" para avaliação e validação da recuperabilidade deles.

Ágio

O ágio de recuperabilidade futura é reconhecido em uma combinação de negócios pelo seu valor de custo, deduzidos das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

i) Redução ao valor recuperável

Os itens do intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor contábil testada quando houver indicadores potenciais de perda no valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- i) A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) abaixo);
- ii) A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- i) For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; e
- ii) No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- i) Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; e

- ii) O passivo financeiro faz parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permite que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

f) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor pode ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

h) Reconhecimento da receita

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;

- A alocação do preço da transação; e
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços.

3.1. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) **Vida útil dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Administração da Companhia realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado.

b) **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)**

Com base na estimativa de perda dos saldos de contas a receber de clientes, a Administração contabiliza uma provisão a qual ela assume ser o prejuízo provável em virtude da incerteza de recebimento da transação. Os saldos da PCLD encontram-se demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

c) **Redução a valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução a valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

3.2. Normas a entrar em vigor a partir de 2023

Listamos a seguir as normas que tiveram início a partir de 1º de janeiro de 2023:

- **IFRS 17 – Contratos de Seguro**

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11);

- **Definição de estimativas contábeis – Alterações ao IAS 8**

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros;

- **Divulgação de políticas contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2**

As alterações fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis;

- **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação;

- **CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 – Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes**

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa;

- **Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e Requisitos de divulgação para entidades afetadas; e

- **Reforma Tributária no Brasil**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

- **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)**

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

- **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante**

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante;

- **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade;

- **Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)**

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa; e

- **Alterações à IAS 21/CPC 02**

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa.

A Companhia avaliou as alterações e não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que Companhia e espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O quadro compreende os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Conta corrente	1.038	80
Aplicações financeiras	69	9
Total	1.107	89

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em renda fixa pós-fixada (CDB-DI), que remunera a um percentual fixo do CDI, determinado no momento da aplicação.

A Companhia realiza essas transações financeiras com a instituição Itaú.

4.1. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	3	3
Total	3	3

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em renda fixa pós-fixada (CDB-DI), que remunera a um percentual fixo do CDI, determinado no momento da aplicação. A Companhia possui uma capitalização com o SICOOB, que não pode ser resgatada em curto prazo.

5. Contas a receber

Composição dos saldos de contas a receber de clientes e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) por faixa de vencimento.

	31/12/2023	31/12/2022
Cientes	3.924	5.264
PECLD	(320)	(120)
Total	3.604	5.144

	31/12/2023			31/12/2022		
	Contas a receber	Provisão para perda	Saldo líquido	Contas a receber	Provisão para perda	Saldo líquido
A vencer	3.391	(10)	3.381	4.562	-	4.562
Vencidos						
Até 30 dias	117	(5)	112	337	-	337
31 a 60 dias	41	(10)	31	83	-	83
61 a 90 dias	46	(26)	20	67	(5)	62
91 a 120 dias	29	(21)	8	52	(6)	46
121 a 180 dias	45	(37)	8	46	(6)	40
181 a 365 dias	162	(142)	20	64	(50)	14
Acima mais de um ano	93	(69)	24	53	(53)	-
Total	3.924	(320)	3.604	5.264	(120)	5.144

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD):

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial da PCLD	(120)	(53)
Constituição de provisão	(367)	(332)
Reversão de provisão	167	265
Movimentação líquida	(200)	(67)
Saldo final da PCLD	(320)	(120)

6. Imobilizado

A seguir encontram-se as movimentações dos ativos fixos da Companhia, e as respectivas vidas-úteis (em anos) por categoria. A Administração avaliou informações internas e externas, e não identificou indicativos que apontam para necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos seus ativos imobilizados em 2023 e 2022.

	Taxa de depreciação a.a.	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos		1087	1179
Benfeitorias em imóveis ¹		240	240
Móveis e utensílios		167	167
Máquinas e equipamentos		315	164
Total do imobilizado		1.809	1.750
Computadores e periféricos	10% a.a.	(572)	(452)
Benfeitorias em imóveis	20% a.a.	(159)	(134)
Móveis e utensílios	10% a.a.	(63)	(49)
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	(101)	(9)
Total da depreciação acumulada		(895)	(644)
Total do imobilizado líquido		914	1.106

	<u>Computadores e periféricos</u> <u>10 anos</u>	<u>Benfeitorias em imóveis</u> <u>5 anos</u>	<u>Móveis e utensílios</u> <u>10 anos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u> <u>10 anos</u>	<u>Total do imobilizado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	634	103	133	26	896
Aquisições	313	37	1	132	483
Depreciação	(220)	(34)	(16)	(3)	(273)
Saldo residual em 31 de dezembro de 2022	727	106	118	155	1.106
Aquisições	-	-	-	56	56
Depreciação	(180)	(26)	(13)	(29)	(248)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	547	80	105	182	914

7. Intangível

	Taxa de amortização a.a.	31/12/2023	31/12/2022
Ágio controladas		2.153	2.153
Carteira de clientes		1.545	1.545
Software e tecnologias		1.716	1.716
Direito não competição		164	164
Total do intangível		5.578	5.578
Carteira de clientes	12,37% a.a.	(382)	(378)
Software e tecnologias	20% a.a.	(686)	(678)
Direito não competição	20% a.a.	(66)	(65)
Total da amortização acumulada		(1.134)	(1.121)
Total do imobilizado líquido		4.444	4.457

	Ágio controladas	Carteira de clientes 8,1 anos	Software e tecnologias 5 anos	Direito não competição 5 anos	Total do intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.153	1.545	1.716	164	5.578
Amortização	-	(378)	(678)	(65)	(1.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.032	1.545	1.716	164	4.457
Amortização	1.121	(382)	(686)	(66)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.153	1.163	1.030	98	4.444

Nas demonstrações contábeis, o ágio oriundo do investimento em controlada e mais valia na aquisição de controladas é classificado no intangível, visto sua incorporação.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (Ativo Intangível), correlacionado com as normas internacionais de contabilidade (IAS 38), os ativos são segregados do ágio (*goodwill*) quando, entre outros fatores, podem ser transferidos, vendidos ou licenciados, e quando os benefícios econômicos futuros podem ser reconhecidos e estimados de forma confiável.

No exercício de 2023, os lançamentos de amortização do Ágio foram estornados e lançados corretamente de acordo com cada ativo intangível. Dessa forma, o valor do ágio retornou a seu valor original de custo (R\$ 2.153), conforme apresentado no quadro acima.

8. Salários e encargos sociais

Os saldos de salários a pagar em aberto no passivo circulante são compostos pela remuneração bruta dos colaboradores, dos benefícios e dos encargos sociais incidentes sobre eles. A abertura desses saldos dá-se conforme demonstrado a seguir.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	2.192	1.355
Salários e pró-labores	283	988
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	221	501
Imposto de Renda (IR)	429	1.016
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	219	179
Total	3.344	4.039

9. Impostos a recolher

Os montantes de impostos a recolher são constituídos por obrigações tributárias da Companhia junto aos órgãos municipais, estaduais e federais. A disposição dos valores encontra-se a seguir.

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	52	251
Imposto Sobre Serviços (ISS)	36	166
Imposto de Renda (IR)	-	3
Contribuição Social Retida a Recolher	17	-
Programa Integração Social (PIS)	53	54
Total	158	474

10. Empréstimos e financiamentos

Em 2023, a Companhia quitou todos os empréstimos bancários. O saldo de empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, está apresentado da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Captação em moeda local		
Capital de giro Itaú - Garantia de recebíveis (1,29% - 1,38% a.m.)	-	322
Financiamento de salários BNDES/Santander (0,31% a.m.)	-	113
FGI - Itaú (1,39% a.m.)	-	1.500
Capital de giro A55 (3,39% a.m.)	-	920
Total	-	2.855
Antecipação de recebíveis	-	1.029
Total	-	3.884
Passivo circulante	-	3.460
Passivo não circulante	-	424
Total	-	3.884
Cronograma de vencimento		
2023	-	3.460
2024	-	392
2025	-	32
Total	-	3.884

A movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos encontra-se a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos empréstimos e financiamentos	2.855	1.211
(+) Captação de novas operações	1.940	2.420
(+) Juros incorridos	-	64
(-) Amortização de principal	(4.166)	(632)
(-) Pagamento de juros	(629)	(208)
Saldo final dos empréstimos e financiamentos	-	2.855

11. Parcelamentos tributários

A abertura dos parcelamentos tributários em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir.

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamentos previdenciários	1.823	1.244
Parcelamentos não previdenciários	3.502	2.172
Total	5.325	3.416
Passivo circulante	1.803	978
Passivo não circulante	3.522	2.438
Total	5.325	3.416

Os parcelamentos não previdenciários referem-se aos débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), relativos a impostos e contribuições federais (PIS/Cofins/IRRF) e municipais (ISS).

O cronograma de vencimento dos parcelamentos tributários é apresentado da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	978
2024	1.803	986
2025	1.614	979
2026	1.140	473
2027	579	-
2028	189	-
Total	5.325	3.416

12. Participações societárias

Participações societárias é oriundo da aquisição da 9Bits Agência Web e Software Ltda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.

Em Mar/23 a Companhia pagou R\$106 referente à primeira parcela do *earn-out*. Posteriormente, foi renegociado com as partes o valor remanescente, chegando em um acordo para o pagamento de R\$1.700 no mês de Ago/23. A diferença entre o valor registrado em 2022 e o valor efetivamente pago em 2023 foi reconhecido no DRE como Ganho Financeiro sobre *Earn-Out* (R\$867).

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de bônus (<i>earn-out</i>) 9Bits	-	2.673
Total	-	2.673
Passivo circulante	-	1.773
Passivo não circulante	-	900
Total	-	2.673

Movimentação do passivo das participações societárias

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.673	4.669
Pagamento das contraprestações	(1.806)	(2.000)
Ganho Financeiro sobre <i>Earn-out</i>	(867)	-
Outros	-	4
Saldo final	-	2.673

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 24.819 (R\$ 19 em 2022), representado por 2.820.241 ações ordinárias (19.477 em 2022) e 8.564 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 8,77 cada, cuja composição acionária está assim apresentada:

	Capital social	Quantidade de ações	Participação
Arosuco	24.819	2.828.241	100%
Total	24.819	2.828.241	100,00%

Em 10 de setembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado autorizar a celebração de aditamento ao “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Privadas, Conversíveis em Ações, Em Série Única, da Espécie Subordinada da Inovatech Network S.A.” constituída por 20.000.000 milhões (vinte milhões debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (um real), conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Debenturista.

Em 20 de março de 2023, as debêntures foram convertidas, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (15ª AGE), mediante a subscrição de 7.362 (sete mil, trezentas e sessenta e duas) novas ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal da Companhia, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA.

No ano de 2023, tivemos alguns eventos de aumentos de capital:

(i) Em 20 de março de 2023, as debêntures foram convertidas, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (15ª AGE), mediante a subscrição de 7.362 (sete mil, trezentas e sessenta e duas) novas ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal da Companhia, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA. (ii) Em Julho/2023 a Arosuco comprou 100% das ações da Mercafacil, e fizeram o total de R\$ 12.441 em aportes na empresa. Isso foi registrado em Capital Social e uma outra parte em AFAC, que será transformado em aumento de capital no ano de 2024.

13.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia possui um saldo de R\$7.642 em adiantamento para futuro aumento de capital, oriundo de aportes da Controladora em 2023 conforme informado na Nota Explicativa nº 13.1, o valor será transformado em aumento de capital no ano de 2024.

13.3. Reserva de capital

A reserva de capital é composta de ágio na emissão de novas ações no montante de R\$ 5.284, sendo estas operações realizadas em 2019:

- a) Aumento de capital através da emissão de 4.869 novas ações, condicionado a um aporte financeiro de R\$ 4.000. Dessa forma a transação constituiu um ágio de R\$ 3.995 na emissão dessas novas ações, e
- b) Conversão de debêntures no montante de R\$ 1.293, que frente à transformação em 3.608 ações gerando um ágio de R\$ 1.289 na emissão dessas novas ações.

13.4. Prejuízos acumulados

De acordo com o estatuto social, a Companhia deverá distribuir um valor mínimo de 25% do lucro líquido auferido a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

13.5. Dividendos

De acordo com o estatuto social, a Companhia deverá distribuir um valor mínimo de 25% do lucro líquido auferido a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

14. Receita Líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita recorrente	32.272	21.150
Outras receitas operacionais (receita não recorrente)	631	1.220
Receita operacional bruta	32.903	22.370
Impostos e devoluções		
INSS - CPRB	(1.479)	(1.009)
Cofins	(977)	(643)
ISS	(662)	(433)
PIS	(212)	(139)
Devoluções	(26)	(1)
Total	(3.356)	(2.225)
Receita operacional líquida	29.547	20.145

A receita da Companhia tem a natureza de recorrência, ou seja, a cobrança dos serviços é realizada e paga mensalmente (mensalidade recorrente). O crescimento se dá mês a mês, de forma constante, vinda da adição de novos clientes, ou de *upsell* de novos serviços.

As receitas não recorrentes são oriundas de serviços não recorrentes, como taxa de implantação (cobrada apenas no início da contratação do serviço), pacotes avulsos de SMS e/ou e-mails e customizações.

15. Custos e despesas

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e pró-labores	18.033	15.045
Benefícios para funcionários	3.380	4.288
Serviços de terceiros	1.510	288
Encargos sociais	2.903	1.986
Envio de mensagens de texto	3.990	2.398
Tecnologia de terceiros	3.502	1.533
Materiais e infraestrutura de escritório	462	19
Comissões comerciais	832	452
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	200	67
Marketing e propaganda	377	75
Aluguel e condomínio	257	353
Viagens e locomoções	326	836
Despesas gerais	860	6.096
Impostos e taxas	48	-
Depreciação e amortização	261	1.394
Telefonia e comunicação	106	103
Total	37.047	34.933
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	9.275	7.306
Despesas com vendas	10.671	10.854
Despesas gerais e administrativas	6.422	6.329
Despesas com P&D	9.816	8.484
Outras despesas	863	1.960
Total	37.047	34.933

16. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Ganho sobre operação <i>Earn-Out</i>	867	-
Descontos obtidos	(29)	-
Juros ativos	14	11
Rendimento de aplicações financeiras	23	638
Total	875	649
Despesas financeiras		
Juros e atualizações monetárias	(1.373)	(288)
Despesas bancárias	(9)	(12)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(251)	(180)
Total	(1.633)	(480)
Resultado financeiro, líquido	(758)	169

17. Remuneração dos Administradores

A seguir é apresentada a remuneração global da Administração no exercício de 2023. A remuneração total do pessoal-chave da Administração reconhecida no resultado dos exercícios está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 17 nas rubricas “Salários e pró-labores” e “Benefícios para funcionários”.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração global da Administração	1.015	1.043

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

18.1. Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação.

18.2 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, sendo: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6. A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

19. Provisão para riscos

A Companhia é parte em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Os consultores jurídicos estimam as chances de perda como prováveis, possíveis e remotas.

Em 31 de dezembro 2023 a Companhia possuía um total de R\$ 141 mil com probabilidade de perda possíveis. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía ações judiciais em andamento, nelas figurando como probabilidade de perda provável e possível.

20. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros vigentes no decorrer do exercício de 2023 e 2022 e suas respectivas coberturas são apresentadas a seguir.

	31/12/2023	31/12/2022
Coberturas		
Responsabilidade Civil de administradores, diretores e/ou conselheiros (D&O)	12.484	10.805
Roubo, furto, avarias e demais danos patrimoniais	1.433	1.158
Seguro de vida empresarial em grupo (morte/invalidez de colaboradores)	12.352	12.352
Total	26.269	24.315

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Eventos subsequentes

Não ocorrem eventos subsequentes após aprovação das demonstrações contábeis.

* * *